Aos 16 (dezesseis) dias do mês de abril (04) do ano de dois mil e vinte e um (2021), reunida ordinariamente por meio de videoconferência através da plataforma MEET, como medida de prevenção ao contágio do novo vírus Covid-19, por convocação ordinária prevista no calendário anual e sob a presidência do Conselheiro Estadual **João Augusto Albuquerque Soares**,Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Mato Grosso do Sul, reuniram-se os Conselheiros Estaduais: **Gabriel de Lima Gonçalves, Jaques Jorge dos Santos, Lauzie Michelle Mohamed Xavier Salazar, Luis Eduardo Costa, Olinda Beatriz Trevisol Meneghini, Rubens Moraes da Costa Marques.** Registra-se a presença das suplentes de conselheiros **Ana Beatriz Andreu Pilon Martins, Paola** **Giovanna Silvestrini de Araújo, Charis Guernieri, Debora Vilela Rondon** e **Julia Leika Ohara Nagata**. Registra-se a participação do Conselheiro Federal **Rubens Fernando Pereira de Camillo**. Registra-se a presença do Gerente Administrativo Financeiro **Cláudio Lisias Lucchese**, do Assessor Jurídico **Diego Luiz Rojas Lübe,** da Gerente de Fiscalização **Fabricia Torquato,** do Procurador Jurídico **Elias Pereira de Souza,** do contador **Moacir Dias Cardoso Júnior** e para secretariar esta Reunião Plenária, a Secretária Geral **Keila Fernandes**, assistido pela Secretária da Presidência, **Talita Assunção Souza. EXPEDIENTE: 1. ABERTURA, VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM E AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS:** O presidente **João Augusto Albuquerque Soares** inicia a reunião, constatado a existência de *quórum*, dá início aos trabalhos da 111ª Reunião Plenária Ordinária às 16h03min. Foi justificada a ausência do conselheiro estadual **Eduardo Lino Duarte,** da conselheira estadual **Neila Janes Viana Vieira** e da suplente de conselheira **Jéssica Rabito Chaves.** O **presidente** relata que recepcionou o pedido de licença temporária do conselheiro estadual **Fabio Luis da Silva. 2. HINO NACIONAL:** Não houve. **3.LEITURA E DISCUSSÃO DA PAUTA:** O **presidente** explica que a pauta já foi anteriormente disponibilizada de maneira eletrônica a todos, juntamente da convocação e ata da sessão anterior. Em discussão, o **presidente** explica que houve a solicitação de inclusão do item extra pauta encaminhado pela Comissão de Exercício Profissional – CEP, sobre a indicação da gerente de fiscalização **Fabricia Torquato** e agente de fiscalização **Maiara Sommer** para representarem o Conselho na Comissão Temporária de Fiscalização CTF – CAU/BR. Em votação a alteração da pauta. APROVADO por unanimidade. Resultado da votação: (8) sim ( ) não (1) ausência ( ) abstenção. **4. DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Ata da 110ª RPO de 19 de março de 2021: Em discussão, em não havendo, em votação: APROVADA por unanimidade dos votos. Resultado da votação: (8) sim ( ) não (1) ausência ( ) abstenção. **5. JULGAMENTO DE PROCESSOS ÉTICO DISCIPLINARES:** *Art. 55 § 2° Os processos ético-disciplinares, quando houver, serão* julgados no início da Reunião Plenária, após a leitura e discussão da pauta.**5.1.1 - DP 012 DPOMS 0111-01.2021 Processo 892577/2019 – Relator Conselheiro Estadual Luis Eduardo Costa:** Por motivos éticos este processo encontra-se na Secretaria Geral. Em votação: APROVADA por unanimidade dos votos. Resultado da votação: (8) sim ( ) não (1) ausência ( )abstenção. **6. APRESENTAÇÃO DOS DESTAQUES DE CORRESPONDÊNCIAS.6.1 CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** 6.1.1 Oficio Circular 023/2021- CAU/BR– Convite para reunião dia 14/04/2021, às 17hs, para orientações quanto às etapas seguintes do II Ciclo de Debates Mulheres na Arquitetura – Cidades Inclusivas para as Mulheres. Sem mais**.6.2 CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS:** 6.2.1 Oficio 064/2021-2023/PRESI-CAU/MS – Indicação dos Representantes do CAU/MS no Conselho Municipal de Habitação de Três Lagoas – MS. Sem mais**.7. APRESENTAÇÃO DE COMUNICADOS (Art. 51). (A): CEAU:** Não houve. **(B): COORDENADORES DE COMISSÃO: Comissão de Finanças e Administração:** O coordenador adjunto **Luis Eduardo Costa** relata que na reunião online da CFA/MS, explica que coordenou a reunião devido à ausência do coordenador e relata na Comissão teve uma pauta extensa e que houve para encaminhamento a distribuição de alguns assuntos aos Conselheiros **Gabriel de Lima Gonçalves** e **Rubens Moraes da Costa Marques** e que também houve a apresentação dos números pela contabilidade do relatório financeiro do primeiro trimestre de 2021, pautado nessa Plenária para apreciação e votação. O **presidente** agradece o coordenador adjunto e prossegue com a reunião plenária. Sem mais. **Comissão de Ensino e Formação:** O coordenador **Jaques Jorge dos Santos** relata que na reunião online da CEF/MS foram discutidos os seguintes assuntos: foi realizado o relato do processo nº 1237351/2020, que dispõe sobre uma consulta sobre o registro no CAU da Instituição de Ensino FACSUL, outro assunto, discutido na reunião foi a proposta de realizar um Encontro virtual com os coordenadores de cursos das faculdades do Estado de Mato Grosso do Sul com o objetivo de apresentar e esclarecer a atuação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, para os profissionais e acadêmicos de arquitetura, outro assunto da pauta foi a proposta de Premiação de Trabalhos de Arquitetura (ATHIS), para os acadêmicos do último ano das universidades. O **coordenador** prosseguiu o relato que na reunião da CEF/MS foi convidado o Cid Torquato, onde apresentou a proposta de parceria da ICOM com o Conselho, para contratação de aplicativo de acessibilidade para alunos surdos nas Faculdades. O **coordenador** relata que foram deliberados e aprovados 25 (vinte e cinco) registros provisórios e 27 (vinte e sete) registros definitivos. Por fim, o **coordenador** informou que foi recepcionado o Ofício circular nº 024 CAU BR\_0001 – que solicita contribuições sobre a Resolução CGSIM nº 064, para conhecimento da Comissão. O coordenador prossegue o relato que foi discutido a proposta de criação de uma cartilha para orientação sobre orçamento de obras aos acadêmicos. O **presidente** agradece o coordenador e comenta sobre a criação de uma cartilha sobre orçamento de obra para os acadêmicos e que o Conselho e que a ideia é promover e disponibilizar essa cartilha para o profissional formado e que atua no mercado de trabalho, além de patrocinar cursos atinja vários profissionais. Sem mais. **Comissão de Ética e Disciplina:** O coordenador **Luis Eduardo Costa** relata que na reunião online da CED/MS, foram discutidos alguns processos éticos que foram redistribuídos e distribuídos aos conselheiros, explica que a Comissão aguarda a manifestação das partes para dar andamento aos processos, e seguir o rito conforme prevê a Resolução nº 143/CAU BR, e por fim, solicita ao conselheiro o envio da cartilha sobre orçamento de obra relatado na CEF/MS para conhecimento dos conselheiros. O conselheiro **Jaques Jorge dos Santos** explica queé uma proposta ainda de criação da cartilha para o recém-formados e enviar também aos coordenadores de curso. O **presidente** agradece o coordenador e prossegue com a reunião plenária. Sem mais. **Comissão de Exercício Profissional:** O coordenador adjunto **Gabriel de Lima Gonçalves** relata que na reunião online da CEP/MS, ocorreu o relato e discutidos 9 (nove) processos administrativos, outro assunto, foi a discussão para a organização das palestras da CEP/MS, o coordenador adjunto em conjunto com a conselheira **Olinda Beatriz Trevisol Meneghini,** explica que a ideia é produzir pequenos vídeos orientativos, de forma didática, para os acadêmicos das faculdades e comenta que esses vídeos serão disponibilizados para acesso na plataforma do Conselho. O **presidente** agradece o coordenador adjunto e prossegue com a reunião Plenária. Sem mais. **COMISSÕES ESPECIAIS E TEMPORÁRIAS: Comissão Temporária de Equidade de Gênero e Raça – CTEGR:** A coordenadora **Olinda Beatriz Trevisol Meneghini** relata que na reunião da CTEGR/MS foram discutidas as medidas concretas para impedir a violência contra as mulheres do ponto de vista das cidades, foram discutidos a proposta de realizar parcerias com instituições como a Santa Fé e outras associações de bairro que já possui mapeado as regiões menos seguras para mulheres na cidade de Campo Grande, prosseguindo, a **coordenadora** relata que a Comissão sugeriu criar um Grupo de Trabalho com a participação de outros arquitetos, inclusive homens, e arquitetas que tenham interesse em participar para discutir o sobre temas da Equidade de Gênero e Raça, outro assunto discutido foi sobre o Diagnóstico apresentado pela CTEG do CAU Brasil em 2019, a Comissão sugeriu que seja incrementado e realizado pelo CAU/MS, pois quanto ao questionário realizado obteve uma pequena amostragem com apenas 8 (oito) profissionais de Mato Grosso do Sul, ficando a amostragem aquém do desejado. Por fim, a **coordenadora** relata sobre as ações do II Ciclo de Debates Mulheres na Arquitetura – Cidades Inclusivas para as Mulheres, foram discutidos alguns temas dentro dos sugeridos pela ONU Mulher, e foram escolhidos os temas formação e políticas das mulheres. A **coordenadora** relata que no dia 14 de abril de 2021 participaram da reunião para orientações quanto às etapas seguintes do II Ciclo de Debates Mulheres na Arquitetura – Cidades Inclusivas para as Mulheres e comenta que foi lançado um site e instituído para o dia 31 de julho Dia Nacional da Mulher Arquiteta e Urbanista. O **presidente** agradece a coordenadora e solicita uma mais perto dos assuntos da CTEGR e assim possa disponibilizar a estrutura do CAU MS as ações da CTEGR junto e principalmente ao II Ciclo de Debates Mulheres na Arquitetura – Cidades Inclusivas para as Mulheres do CAU/BR e prossegue com a reunião Plenária. Sem mais. **GRUPOS DE TRABALHO:** Não Houve. **C) DO PRESIDENTE:** O **presidente** relata e reforçar as ações sobre a implementação de cursos, cartilhas e palestras aos profissionais, e a ideia é ampliar os temas, tanto para os acadêmicos e também para os profissionais formados. Sem mais**. D) DO CONSELHEIRO FEDERAL:** O Conselheiro Federal **Rubens Fernando Pereira de Camillo,** relata a importância das discussões realizadas no CAU Brasil sobre a Resolução CGSIM nº 64, de 11 de dezembro de 2020, do Ministério da Economia, explica que trata de licenciamento urbanístico, e que o CAU Brasil se posicionou contrário e realizou uma nota solicitando a suspensão da Resolução até que a realização de uma ampla discussões com os Conselhos profissionais, prosseguindo, o conselheiro federal explica que a presidente do CAU Brasil, **Nadia Somekh** para tratar desse assunto da a Resolução CGSIM nº 64, designou um Comitê formado pelos membros da Comissão Política Urbana - CPUA e a Comissão de Política Profissional – CPP, o conselheiro federal explica que participa do Comitê e comenta sobre as discussões do CAU Brasil com o Ministério de Economia observaram que não havia uma interlocução técnica para elaboração da Resolução, por fim, o CAU Brasil entregou um documento com várias análises destacou naquilo que o governo entendeu mais importante que foi o objetivo do governo federal em aumentar a pontuação no programa *doing business* do Banco Mundial. O conselheiro federal relata que o CAU Brasil avançou na iniciativa e no andamento das discussões e a expectativa de que o governo federal irá acatar muitos dos encaminhamentos e concluiu da importância do assunto para os profissionais e toda a sociedade, e por fim, os Conselhos e todos as grupos envolvidos não podem ficar de fora dessas discussões. O **presidente** agradece o conselheiro federal e comenta que ainda há de ocorrer muita discussão sobre a Resolução CGSIM nº 64, que impacta todos os profissionais tanto de Arquitetura e também de Engenharia e que os Conselhos CAU Brasil e o CREA estão unidos na buscar de melhorias na legislação urbanística e que ao fim das discussões será realizado uma matéria pelo CAU/MS para divulgação e ampliação das discussões aos profissionais. Sem mais.**8.COMUNICADO DOS CONSELHEIROS ESTADUAIS:** Não houve.**9) ORDEM DO DIA 9.1 DECISÕES “AD REFERENDUM” PELO PRESIDENTE:** Não houve. **9.2 MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA:** Não houve.**9.3 PEDIDO DE VISTA:** Não houve. **9.4 PEDIDO DE RECURSO:** Não houve.**9.5 MATÉRIA TRANSFERIDA DA REUNIÃO ANTERIOR:** Não houve.**9.6. MATERIA PAUTADA PARA A REUNIÃO:** Não houve. **9.6.1.1 COMISSÃO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO:9.6.1.1 COMISSÃO DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO – CFA - DP 013 DPOMS 0111-02.2021 - Aprova o relatório financeiro do primeiro trimestre de 2021- DCO 004/2021-2023 - 80ª CFA:** O **presidente** explica que o relatório financeiro do primeiro trimestre de 2021, será apresentado pelo contabilidade do CAU/MS, e passa a palavra ao **Moacir Dias Cardoso Júnior,** que explica o relatório foi apresentado e analisado na reunião da Comissão de Finanças e Administração, e que as contas do Conselho foi aprovada pela equipe de contabilidade e planejamento e finanças do CAU/BR que realiza mensalmente a auditoria. Prosseguindo, o **contador** explica que na análise realizada pelo CAU/BR, não houve objeção sobre as cotas partes e nem no repasse da cota parte e que houve reconhecimento das despesas e receitas do Conselho, resumiu o relatório que o resultado do primeiro trimestre de 2021, com uma arrecadação *record* com o valor de R$ 895.763,64 (oitocentos e noventa e cinco mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta e quatro centavos) e como debatido na CFA o cenário otimista, isso se deve principalmente pela taxa de arrecadação do RRT. O **contador** relata que o quadro de despesas foi no valor de R$ 519.173,11 (quinhentos e dezenove mil, cento e setenta e três reais e onze centavos) com uma queda de em relação a janeiro a março de 2020, isso se deve pela redução com despesas com funcionários e principalmente pela mudança de Sede, por fim, conclui o relatório com o valor de R$ 376.590,53 (trezentos e setenta e seis mil, quinhentos e noventa reais e cinquenta e três centavos) de superávit nas contas do CAU/MS. O conselheiro **Rubens Moraes da Costa Marques** comenta que o cenário otimista apresentado não se observou gastos com viagem, diárias e o redução do horário do expediente do Conselho no período de pandemia e comenta que o relatório foi apresentado de forma atípica e muito longe do balanço atual e que se deve ter uma visão de investimentos e gastos futuros com de forma mais ousada e assim buscar uma realidade *record* das contas do Conselho. O conselheiro **Luis Eduardo Costa** relata que nos anos de dois mil e dezoito a dois mil e vinte ocorreu reduções drásticas nos gastos do Conselho, visto que o Conselho em anos passados apresentou déficit ano após ano e após ações para redução de gastos como a mudança da sede conseguiu mudar esse cenário, explica que a pandemia deixou um legado da reuniões ser realizada de forma online, e nesse últimos anos houve um equilíbrio nas contas e que deve ser apresentado de forma positiva, explica que atualmente se tem estrutura e recuperação das contas do Conselho, explica que a demanda de mercado diferente dos anos passados. O conselheiro **Luis Eduardo Costa** prossegue e comenta o principal problema sistemático dos Conselhos se dá na fiscalização, iniciando pela legislação até o efetivo para atuar e fiscalizar as regiões. O conselheiro **Gabriel de Lima Gonçalves** comenta que após a análise das contas e arrecadação do Conselho, o objetivo é discutir e planejar a curto, médio e a longo prazo investir a curto prazo a proposta de contratação de uma empresa para realizar as cartilhas, vídeos e demais demanda para instruir os profissionais e a médio e longo prazo buscar economia para uma construção da Sede própria. O contador **Moacir Dias Cardoso Júnior,** explica que nos anos de dois mil e doze e dois mil e quinze esses valores representam uma discrepância com relação ao ano de 2016, visto que com a saída do CREA, o CAU/MS veio o repasse que inexistiu ao passar dos anos, e também CAU/MS não tinha a estrutura de funcionários, estruturado e arrecadação de RRT, por isso, não é possível realizar o comparativo visto apresentarem realidades diferentes. O conselheiro **Luis Eduardo Costa** comenta que se deve deixa claro sobre a impossibilidade de comparação de números dos anos de dois mil e doze a dois mil e quinze com os atuais números, pois se tratar de realidade diferentes, porém é possível a apresentação e disponibilidade dos gastos dos anos dois mil e doze a dois mil e quinze. O **presidente** comenta e concorda que os números não podem ser comparados, contudo, não impede a demonstração dos valores dos anos de anteriores. O conselheiro **Rubens Moraes da Costa Marques** questiona se haverá um concurso público para fiscais e quando iria ocorrer,comenta a necessidade de uma melhor estruturação da Sede do Conselho, e da importância de uma Sede própria, visto que, o que observou que a Sede do Conselho está subdimensionada, com funcionários apilhados, sem espaço e sem acessibilidade, por fim, comenta que não existe omitir os dados em estatística, e solicita que seja levantados e apresentados os dados dos onze anos do Conselho e que os dados do relatório apresentados não reflete a realidade das contas. O **presidente** explica que o concurso público está previsto e que se criou uma Comissão para tratar do Concurso Público e estão em andamento com a seleção da empresa organizadora, explica que não ocorra tão rápido devido os concursos presenciais estarem suspensos em razão da pandemia, e sobre a estrutura da nova Sede, comenta que tanto os funcionários quanto ao dimensionamento estão alocados e que a presidência não se pensa na construção da sede própria, e por fim, esclarece que os dados do relatório dos anos de dois mil e doze a dois mil e quinze devem ser apresentados e serem encaminhados aos conselheiros. O **presidente** explica após as discussõesencaminhou o relatório financeiro do primeiro trimestre de 2021 para apreciação e votação: APROVADA por unanimidade dos votos. Resultado da votação: (8) sim ( ) não (1) ausência ( ) abstenção. Sem mais. **9.6.1.3 COMISSÃO DE ENSINO E FORMAÇÃO:** Não houve. **9.6.1.2 COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL: 9.6.1.2.1 DP 014 DPOMS 0111-03.2021: Indicação dos representantes do CAU/MS no Conselho na Comissão Temporária de Fiscalização CTF – CAU/BR - DCO 018/2021-2023 - 91ª CEP:** O **presidente** explica que a indicação dos representantes técnicos a gerente de fiscalização Fabricia Torquato e agente de fiscalização Maiara Sommer, e explica que as representantes participarão como convidadas para compor o Conselho na Comissão Temporária de Fiscalização CTF do CAU BR. Em discussão, em não havendo, em votação: APROVADA por unanimidade dos votos. Resultado da votação: (8) sim ( ) não (1) ausência ( ) abstenção. Sem mais.**9.6.1.4 COMISSÃO DE ÉTICA E DISCIPLINA:** Não houve.**9.6.1.5 COMISSÃO ESPECIAL E TEMPORÁRIA:** Não houve. **9.6.2 DA PRESIDÊNCIA:** Não houve.**.10 COMUNICAÇÕES DE ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL (PALAVRA LIVRE):** O Conselheiro Federal **Rubens Fernando Pereira de Camillo** solicita a palavra e explica sobre a composição da Comissão Temporária de Fiscalização CTF do CAU/BR é composta por cinco membros, e que foram convidados técnicos dos CAU/UF’s e conclui que a gerente de fiscalização Fabricia Torquato e agente de fiscalização Maiara Sommer indicadas do CAU/MS terão muito a contribuir nos trabalhos da Comissão Temporária de Fiscalização CTF do CAU BR. O conselheiro **Luis Eduardo Costa** comenta a importância de esclarecer que não é a realidade que os funcionários estão desconfortáveis e solicita ao conselheiro **Rubens Moraes da Costa Marques** questionar os funcionários sobre como estão estruturados no Conselho, prossegue, e comenta que existe uma grande crítica e comenta que na maioria dos Conselhos, as Sedes estão sendo compradas, e que temos a possibilidade de ter uma ocupação cedidos e que o prédio não tem previsão de utilizar a Sede, o desafio quem sabe no futuro é o aporte de escritórios no interior, por fim, comenta a importância da eficiência no atendimento, na fiscalização nas obras e observa e implementar um Conselho atuante no Estado. O conselheiro **Rubens Moraes da Costa Marques** comenta que fala em nome dos arquitetos e urbanistas e que no CAU do Estado de Mato Grosso do Sul tem sua especificidade, e que o prédio da Sede do Conselho foi realizada reforma em um imóvel de terceiros, e solicitou uma consulta a Lei nº 8.666/1993 no que se refere a legalidade do investimento da autarquia em imóvel de terceiros, prosseguindo, o conselheiro propõe que se realize uma consulta pública aos arquitetos e urbanistas se querem permanecer no imóvel, ou construir uma sede própria, e comenta que ao longo prazo realizar o planejamento para ter uma sede própria assim buscar a valorização dos profissionais. O conselheiro **Rubens Moraes da Costa Marques** comenta em estar satisfeito com as ações do CAU/BR, de buscar melhorar o SICCAU, e a por fim, comenta o problema atual do Conselho de não existir fiscalização, e conclui que a ideia é de buscar ao longo alcance o melhor para profissão, propor uma Sede própria, concurso público e consulta pública aos arquitetos e urbanistas. O conselheiro **Luis Eduardo Costa** explica que sobre o investimento realizado na Sede do Conselho, é baseado na legalidade e se tem critério para realizar em imóveis de terceiros. O **presidente** explica que será encaminhado um documento aos conselheiros com as justificativas e amparado legal do investimento na reforma da Sede do CAU/MS. O **presidente** comenta que não é a sua principal intenção de buscar uma Sede própria, e na sua opinião o imóvel está bem alocado tanto quanto com relação da estrutura e de funcionários, comenta que atualmente as plenárias são realizadas de forma online pois é uma alternativa nesse período de pandemia e que futuramente quanto retomar os encontros presenciais possa buscar um espaço físico para realização das reuniões plenárias presenciais. Sem mais.**11 ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o presidente **João Augusto Albuquerque Soares**, agradece a presença de todos e encerra a Reunião às 17h25min.

|  |  |
| --- | --- |
| ***Arquiteto e Urbanista JOÃO AUGUSTO ALBUQUERQUE SOARES***  PRESIDENTE DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL. | ***KEILA FERNANDES***  *SECRETÁRIA GERAL - CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE MATO GROSSO DO SUL, BRASIL* |